

Resenha do livro:

SILVA, João Carlos da. ORSO, Paulino José; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (Org.). **História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Alínea, 2013.

Resenha de:

Francielle Aparecida Garuti de Andrade¹

A obra intitulada *História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica* tem como eixo temático reflexões sobre a História da Educação e direciona as discussões à necessidade de constituição de fundos documentais para o estudo das Instituições Escolares, considerando que seus arquivos podem servir como fontes para o estudo e a preservação da memória histórica, além de favorecer a compreensão da relação existente entre sociedade e educação.

Trata-se de uma coletânea cujos autores são pesquisadores reconhecidos e com larga tradição de pesquisa em suas áreas de atuação, o que os capacita a teorizar e a consubstanciar argumentos; a coletânea conta também com jovens pesquisadores que têm também contribuições significativas à investigação sobre instituições escolares.

O livro tem como organizadores os professores João Carlos da Silva, Paulino José Orso, André Paulo Castanha e Livia Diana Rocha Magalhães e pode ser dividido em duas partes que, apesar de conterem reflexões com bases teóricas e históricas diferentes, confluem para um mesmo fim: a necessidade da constituição de fundos documentais para pesquisas em História da Educação. A discussão sobre a manutenção de fontes de memória e de história das Instituições Escolares pode ser observada logo no início do livro. A questão dos procedimentos sobre a preservação e a catalogação de fontes para o estudo das Instituições Escolares, bem como a organização de Acervos para concentrar fontes destinadas a pesquisas em História da Educação sob um prisma regional, e relatos de pesquisas realizadas em Instituições Escolares de diferentes regiões do Paraná e na Bahia aparecem na segunda parte do livro.

A obra é composta por quinze capítulos, escritos por 23 autores. A apresentação do livro foi feita pelas seguintes professoras: Doutora Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro e Doutora Livia Diana Rocha Magalhães, ambas vinculadas ao Grupo de Estudos e Pesquisas História, Educação e Sociedade no Brasil - HISTEDBR. A primeira parte do livro, “Acerca da Pesquisa e da Memória Histórica: instituições escolares, fontes, arquivos” é subdividida em seis capítulos que problematizam questões relacionadas à temática.

No primeiro capítulo, cujo título é: *Instituições de Memória e Organização de Acervos para a História das Instituições Escolares*, Dermeval Saviani, apresenta a importância das instituições de memória no seu papel de “armazenar, preservar e organizar acervos que se constituem como repositórios da memória coletiva” (p.14). Estas instituições facilitam o trabalho do pesquisador, pois poderá concentrar suas forças analisando as fontes em vez de demandar tempo levantando dados. O autor salienta que na medida em que aumenta o número de instituições de memória com acervos documentais adequadamente organizados, o acesso às fontes é facilitado e isto gera “impacto significativo na qualidade das pesquisas e também em sua quantidade, uma vez

que, nessas condições, o tempo de busca e de manipulação das fontes será fortemente reduzido” (p.15).

No segundo capítulo, *História, Instituições, Arquivos e Fontes na Pesquisa e na História da Educação*, Paulino José Orso, aborda a importância das fontes para a realização de pesquisas na área de História da Educação. Inicialmente o autor destaca a trajetória da disciplina de História da Educação no Brasil, bem como a constituição deste Campo de Pesquisa no país. É necessário desvelar os dados tidos como fontes como o único meio de reconstruir a história. O autor destaca a partir disso, a relevância da seleção, interpretação e o uso adequado das fontes para a pesquisa documental em História da Educação e mostra a necessidade da clareza do percurso teórico-metodológico a ser seguido para que não se caia na simples descrição, que implica em “uma análise restrita, estrita, focada, fixa” (p. 40). Orso apresenta uma definição de fontes e defende a ideia de uma perspectiva teórico-metodológica calcada nos pressupostos do materialismo-histórico como método adequado para leitura das fontes históricas para as pesquisas em história da educação; sendo, portanto, um processo objetivo de análise.

Em *As Pesquisas Sobre Instituições Escolares: o método dialético marxista de investigação*, Paolo Nosella apresenta um panorama acerca das pesquisas sobre instituições escolares no Brasil e destaca que pelo fato das pesquisas sobre instituições escolares terem tornado uma importante e recente linha de análise, deve-se cuidar para não cair na mera descrição saudosista ou idealista que segundo Nosella, deixa “de levar o leitor à compreensão da totalidade histórica” (p.53). O autor apresenta os principais referenciais teórico-metodológicos para análise das fontes documentais no estudo das instituições escolares, pois a qualidade da pesquisa depende, em grande medida, do referencial teórico que o pesquisador adota. Em sua percepção, o método que melhor dá conta de explicar a realidade é o método dialético marxista de análise. Nosella finaliza enfatizando a importância de pesquisas sobre instituições escolares, pois elas “elevam, nos educadores, o nível de responsabilidade pelos seus atos e estimulam, nos leitores, o gosto pelos estudos da história local e nacional” (p.63).

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira, no texto *Instituições Escolares: memória, fontes, arquivos e novas tecnologias*, discute a importância da tecnologia no auxílio da preservação de fontes que retratam a memória histórica das instituições escolares, enquanto objeto de estudo de pesquisadores na área da História da Educação. A autora acentua que o uso das tecnologias pode contribuir para a digitalização de documentos debilitados pelo tempo, garantindo sua permanência e que também auxilia no processo de organização e catalogação. Quando bem utilizadas pelos pesquisadores, as novas tecnologias, além de proporcionar economia de tempo e espaço, democratizam ao acesso aos documentos, pois elas contribuem para “preservação dos documentos originais, pois evita o manuseio constante pelos pesquisadores” (p.73). A autora apresenta procedimentos e técnicas para a realização de pesquisas em instituições escolares e considera a relação entre as fontes e o contexto histórico-social. Destaca também a necessidade das próprias instituições escolares organizarem acervos para manutenção e preservação de documentos por elas produzidos, em função de facilitar o acesso dos pesquisadores no desenvolver de suas pesquisas.

André Paulo Castanha, no capítulo intitulado: *Retornar às Fontes: desafios aos estudos histórico-educativos*, analisa o retorno às fontes documentais como importante

chave para a pesquisa em História da Educação. O texto apresenta algumas alternativas teóricas e metodológicas para o trato das fontes, que deve nortear a investigação histórico-educativa. O autor aponta para necessidade de analisar e interpretar as fontes documentais a partir do contexto no qual elas foram produzidas. “[...] para desenvolver o trabalho com fontes, é preciso, antes de mais nada, periodizá-las, ou seja, selecioná-las a partir de um determinado período, compreendendo-as dentro do contexto histórico em que foram produzidas” (p.84). O percurso teórico-metodológico adotado pelo pesquisador deve levá-lo a compreender o objeto analisado na sua totalidade e relacionado aos fatos do passado.

Em *Arquivos: fontes para produzir silêncios ou histórias de lutas pela educação pública*, Maria de Fatima Felix Rosar, apresenta um panorama histórico sobre os arquivos que foram analisados no estudo sobre a política ditatorial brasileira. O texto destaca a relação interpretativa das fontes por meio da relação entre a macro e a micro-história, partindo dos dados empíricos e visando à compreensão da totalidade. Segundo a autora, embora muitos elementos acerca da luta e das propostas de educadores marxistas expostos em diversos documentos tenham sido “silenciados” pelo sistema repressor da época, ainda hoje, por estarem sob o domínio dos que detém o poder, “os arquivos não dispõem de um grande número de fontes que retratem as lutas mais relevantes desses pesquisadores” (p.98). A autora salienta que o método marxista garante os subsídios necessários para a análise de tais fontes com a finalidade de interpretar a memória histórica daqueles que tentaram superar os reveses de seu tempo e que acabaram por influir no presente por meio de um processo de rupturas, continuidades e descontinuidades.

O sétimo capítulo, cujo título é: *História, Memória e Instituições Escolares no Paraná*, Maria Elisabeth Blanck Miguel, define seu texto como tendo duas grandes categorias, quais sejam: história e memória, e, uma subcategoria, instituições escolares. Estas são assim classificadas porque fazem parte da história da educação e da memória. Para a autora as pesquisas em História da Educação devem considerar “duas possibilidades de se abordar a relação entre história, memória e instituições escolares” (p.114). A primeira possibilidade é aquela que estuda as instituições escolares de modo específico, valorizando as particularidades da instituição escolar pesquisada, sem relacioná-las ao contexto histórico no qual foram erigidas. A segunda possibilidade abordada pela autora é a de considerar a construção histórica que configura a escola institucionalizada, a fim de analisá-la dentro da sociedade e não fora dela, com os seus determinantes e condicionantes que, no processo histórico, influenciam e se reproduzem por meio dela - a instituição escolar. O texto analisa a memória da institucionalização da escola no Paraná ao analisar relatórios e ofícios no período provincial. No texto, são destacadas as pesquisas realizadas que estão alinhadas a esta temática.

No oitavo capítulo, *Um pouco da História da Educação no Oeste do Paraná*, Ivo Oss Emer analisa o processo de colonização e escolarização da região Oeste do Paraná. Segundo o autor, o início da escolarização do oeste do paranaense passou por quatro fases distintas, a saber: Escolarização Particular Domiciliar; Casa Escolar Particular, Casa Escolar Pública e Grupo Escolar. As instituições educativas foram gestadas a partir da realidade do interior dos núcleos de colonização, oferecendo um formato de educação muito peculiar em cada período, sempre atendendo aos interesses políticos e econômicos

dos diferentes grupos sociais: os colonos, os agricultores, os imigrantes europeus, os latifundiários ou outros segmentos.

Vander Piaia, no capítulo nove, *A marca dos rebeldes nas terras do oeste paranaense*, trata da passagem da Coluna Prestes na região. Esse foi um movimento, que ficou conhecido como tenentista, levou às últimas consequências a luta contra as oligarquias, liderada pela burguesia cafeeira paulista. No Oeste do Paraná a passagem da Coluna Prestes ocorreu em 1924, tendo como fato marcante a junção da coluna gaúcha com a paulista. De acordo com o autor, o movimento Tenentistas trouxe à tona a condição precária em que se encontrava a região Oeste do Paraná. O domínio de empresários estrangeiros chegou ao conhecimento dos administradores públicos. A opinião pública passou a conhecer a realidade da região, marcada pela pequena presença de brasileiros e a pujante atuação de companhias estrangeiras, que exploravam a terra, nesse sentido, “de muitos modos, pode-se afirmar que a revolta foi vitoriosa, pois, embora perdendo no campo bélico, acabou por redefinir os rumos do País” (p.171).

O capítulo dez, *História e Memória Educacional na Região Oeste do Paraná*, de João Carlos da Silva, Maria Valdeny Ferreira Gomes, Valdecir Antonio Nath e Lidiane Maciel Mufatt, discute a importância dos acervos regionais no processo de acondicionamento e manutenção das fontes para pesquisa sobre instituições escolares. Destaca o conceito de fontes e sua importância para pesquisa de instituições escolares no oeste paranaense. Os autores apresentam também os desafios da pesquisa em arquivos na região, bem como a necessidade de uma cultura de preservação da memória coletiva por meio do correto acondicionamento de documentos nos arquivos escolares e nos demais espaços destinados a esta finalidade, pois esta disciplina de preservar documentos auxiliará os pesquisadores em sua tarefa no trato com as fontes e redundará num vertiginoso aumento de pesquisas sobre a história da educação na região.

Em *História e Historiografia da Escola Luterana Concórdia de Marechal Cândido Rondon (1955-1969)*, César de Alencar Arnaut de Toledo e Rodrigo Pinto de Andrade apresentam os resultados da pesquisa sobre a Escola Luterana Concórdia, primeira instituição privada, de caráter confessional, de Marechal Cândido Rondon, fundada no ano de 1955. Amparado na bibliografia que estuda a história das instituições educativas, os autores traçam a trajetória histórica desta instituição escolar confessional que foi implantada no contexto da colonização da região Oeste do Paraná. Para a realização da pesquisa os autores priorizaram as seguintes fontes: documentos oficiais da implantação da escola, quadro de professores, trajetória de ex-alunos, entrevistas com sujeitos envolvidos no processo de criação da instituição, legislação da época, currículo, cadernos dos alunos, jornais da época, práticas disciplinares, fotografias, entre outros.

Maria Isabel Moura Nascimento e Manoel Nelito Matheus Nascimento, no décimo segundo capítulo, sobre *A Escola Pública na Região dos Campos Gerais do Paraná*, discutem o conceito de escola pública, bem como o contexto histórico de seu surgimento no cenário internacional e no Brasil. Enfatiza-se que a instrução pública contemporânea tem suas raízes ligadas ao desenvolvimento da sociedade capitalista na Europa no século XVIII. No Brasil a escola pública foi criada no final do século XIX. No Paraná, os primeiros grupos escolares públicos foram criados nos anos iniciais do século XX.

Os autores destacam as pesquisas que foram realizadas sobre a história das instituições escolares na região dos Campos Gerais, em diversos Programas de Pós-Graduação em Educação de várias instituições do estado do Paraná. No texto, estão

elencadas as instituições que já foram objeto de análise pelo Projeto “Reconstrução Histórica das Instituições Escolares Públicas dos Campos Gerais (1904-1950)”, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. As pesquisas têm contribuído para o processo de “levantamento, catalogação e digitalização de fontes das Instituições Escolares” (p.222).

No décimo terceiro capítulo que tem como título, *Arquivo Público da Bahia: constituição e trajetória*, Antonietta d’ Aguiar Nunes narra a história da fundação e das primeiras atividades do *Arquivo Público da Bahia* nos primeiros anos da fundação da instituição. O texto apresenta os diretores do Museu e o tempo de administração de cada um. Também trata dos diferentes Regulamentos da instituição, a saber: o de 21 de outubro de 1890; o de 26 de junho de 1920; o de 26 de junho de 1950; o de 14 de agosto de 1967 e por fim, o de 21 de dezembro de 1984. A autora salienta que APEB é considerado um dos arquivos históricos mais importantes do país, devido à quantidade e à qualidade de seu acervo e de sua longa história, que remonta a 1890, ano de sua criação, pelo governador estadual republicano, Manoel Vitorino Pereira. O texto apresenta a trajetória da instituição, as novas legislações e o modo como foram implementadas pela instituição ao longo de sua história. Antonietta d’ Aguiar Nunes encerra propondo uma maior autonomia administrativa ao Museu, bem como, melhores instalações e pessoal. Em sua opinião, “seria importante restaurar o Arquivo do Estado como cabeça do Sistema Estadual de Arquivos, devolvendo-lhe a autonomia perdida e transferindo-o para uma secretaria de governo com maior poder decisão” (p.258).

Em *O Museu Pedagógico da UESB: Espaço Guardião do Patrimônio Cultural, Histórico, Educacional e Científico da Região Centro-Sul da Bahia*, Lívia Diana Rocha Magalhães, Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro e Ruy Hermann de Araújo Medeiros, apresentam a trajetória do Museu Pedagógico da UESB como importante espaço de acondicionamento de documentos sobre a educação do Centro-Sul da Bahia e que se constituem como fontes para a História da Educação da região. No final da década de 1980, professores vinculados a diferentes áreas conceberam a possibilidade de criar um espaço de preservação da “memória e da história de determinados saberes, ou seja, um centro de produção preservação e disponibilização de fontes e saberes considerados científicos, artísticos e culturais” (p.266). O Museu Pedagógico possui caráter interdisciplinar. Em suas atividades a instituição articula ensino, pesquisa e extensão e é integrado por professores e pesquisadores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e de outras instituições, que se constituem em onze grupos permanentes de estudo e sete grupos associados, todos cadastrados no CNPq. O Centro de Documentação da instituição acondiciona documentação de escolas extintas de Vitória da Conquista e de cidades circunvizinhas, tais documentos são disponibilizados aos pesquisadores e servem de base para pesquisa em História da Educação.

Fechando a coletânea, Silvana Fernandes Lopes e Laura Pacífico Sparvoli, em *A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto (FFCL) no Período de 1957 a 1964: estudo de uma instituição escolar*, analisam a trajetória de uma instituição escolar no contexto que antecedeu o Golpe Militar, 1964. As décadas de 1950 e 1960 se caracterizaram pela expansão do Ensino Superior no Brasil, especialmente nas regiões de interior do País. A cidade de São José do Rio Preto, desde sua fundação, início do século XX, foi um importante polo socioeconômico do estado de São Paulo. Esse fato, somado aos interesses de grupos políticos, contribuiu para implantação de uma instituição de Ensino Superior na cidade. De acordo com as autoras, a bibliografia existente sobre a

história da instituição, “sugere um clima de exaltação ao caráter moderno/revolucionário dessa FFCL” (p.291), isso contribuiu para cristalização de uma visão idealizada da instituição durante seus primeiros anos de funcionamento.

Os doze capítulos apresentam, com seus diferentes enfoques, importante material na área de História da Educação e História das Instituições Escolares para pesquisadores de Programas de Pós-Graduação, de iniciação científica e de cursos de graduação. Recomendamos a leitura da obra: *História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica* pela relevância do livro para a discussão sobre a pesquisa científica nesta área temática.

O livro é uma importante referência para a área e isto se deve, especialmente, à sua linguagem clara, direta e objetiva, o que facilita a consulta e a compreensão por parte de pesquisadores iniciantes.

¹ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, MESTRADO.
Direção eletrônica: Garuti_andrade@yahoo.com.br